

ENTREVISTA

“PRECISAMOS ESTAR PREPARADOS PARA BRINCAR MUITO!”ⁱ

Sonia Kramerⁱⁱ

Por Anelise Nascimentoⁱⁱⁱ, Nazareth Salutto^{iv}, Silvia Neli Falcão Barbosa^v

RESUMO: Esta entrevista, realizada com a professora Sonia Kramer, discute o panorama da Educação Infantil no que diz respeito à sua história, políticas, pesquisas com crianças e desafios para os dias de hoje. A relação entre adultos e crianças é questionada diante da situação de pandemia que vivemos hoje no mundo e no Brasil e o desafio que se coloca diante da sociedade, de reconhecer a criança como pessoa que produz cultura, que brinca e que exige uma escuta aos seus modos de ser e estar no mundo, neste contexto e no pós pandemia.

Palavras-chave: crianças; adultos; educação infantil; pandemia.

“WE NEED TO BE PREPARED TO PLAY A LOT!”

ABSTRATC: This interview, made with professor Sonia Kramer, discusses the panorama of Early Childhood Education regarding to its history, policies, research with children and challenges for today. The relationship between adults and children is questioned in the face of the pandemic situation that we live in today in the world and in Brazil and the challenge that is placed before society, to recognize the child as a person who produces culture, who plays and who demands listening to their ways of being and being in the world, in this context and in the post pandemic environment.

Keywords: children; adults; early childhood education; pandemic.

Apresentação

A ideia desta entrevista nasce junto com a organização deste Dossiê. Ter uma visão do percurso histórico e político que envolve a Educação Infantil no Brasil contextualiza e situa esta edição, e afirma o lugar de onde falamos. Primeiramente, foi essa perspectiva que nos levou a pensar no nome da professora Sonia Kramer. Ao mesmo tempo, nossa própria história também é atravessada por uma relação de proximidade enquanto ex-orientandas no Doutorado em



2020 Bargas; Ayoub; Assaritti, Scarazzatto, Assis. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença

Educação na PUC-Rio. A entrevista, como quase tudo neste momento de pandemia, aconteceu de modo remoto. A presença e o afeto construídos no tempo que a vida nos proporcionou foram alimento para que pudéssemos tratar de temas que falam da beleza da relação entre avós e netos, de temas acadêmicos e urgentes, que refletem na vida, como preconceito e ódio. O texto, em alguma medida biográfico e memorialístico, convida à reflexão: quem nós somos e que educação desejamos para nossos bebês e crianças.

Sonia, recentemente você viveu a experiência de se tornar avó e, hoje, convive com bebês e crianças no âmbito familiar. Numa outra perspectiva, os Estudos da Infância da última década têm debatido a relevância de se considerar, conceitualmente, a distinção entre os termos bebês e crianças. Como você analisa essa construção? O que você diria sobre quem são os bebês e as crianças?

Acho bonito e agradeço pelo convite de ter esse espaço e por vocês começarem desse modo, pois me permite falar sobre o que e como tenho pensado sobre a importância de ser avó, sobre a relação entre avós e netos, no que tenho compreendido como sentido de eternidade^{vi}. Ser avó, provoca uma mudança no modo como olhamos para a vida e o tema geracional; nossa própria existência e nosso papel nas relações, nas interações sociais, numa dimensão de permanecer para além do seu tempo. Ser avó, então, remete ao tema da descendência e da alteridade.

Veja, numa sociedade desigual como a nossa, o tempo da maternidade, de quem trabalha, é mulher, é militante como nós, é um tempo tão atarefado que não se tem como olhar, contemplar, sentir e viver determinados aspectos das relações. Ficamos com os instantes. Desse modo, ser avó, também pode significar instaurar outro tempo, que permite olhar para esse outro que é um bebê, uma criança que vai crescendo; permite experimentar aspectos que, com certeza, estavam lá na outra geração, mas que o tempo da maternidade e da paternidade, marcado por inúmeras tarefas, não tornavam possível observar com atenção.

A respeito de como eu vejo essa distinção entre bebê e criança. Um bom caminho para compreender, pode ser ouvir o que as próprias crianças têm a dizer, legitimando o modo como veem esse processo, olhando e escutando as crianças. De uma certa maneira, as distinções estão para além da questão etária; dizem respeito a outros marcadores, tanto biológicos, quanto socioculturais, como deixar de usar fraldas e usar o penico, não utilizar mais chupeta ou mamadeira. As crianças nos dão pistas sobre essa transição dos modos de ser bebê e ser criança, sobre o que parece ser um processo, que não passa apenas pela linguagem, mas também por ela e

por uma questão da autonomia em relação ao adulto. Há coisas que as crianças fazem primeiramente observando e controlando o próprio corpo e, depois, a criança diz: “eu quero fazer xixi, eu quero fazer cocô, eu estou com fome”. Só por começarem a chorar, o adulto deduz, intui, aprende com os bebês: “Está na hora de comer; está molhado, está sujo” (diferente de quando está doente, quando os sinais são outros, mais urgentes). Portanto, é essa distinção, da criança que *vai se tornando*, que é um ser social desde que nasce e vai se aprofundando em sua constituição como um ser social, até o momento em que ela passa a se perceber como uma pessoa como as outras ao se inserir e fazer uso dos equipamentos sociais.

Bastante interessante o modo como você aborda o tema da autonomia, porque parece haver, em algumas discussões, uma tendência muito grande a classificar os bebês por etapas até uma certa idade, como se a idade fosse o limite, ou o principal marcador, para afirmar até quando se é bebê ou não.

Exatamente. E, nesse sentido, gostaria de problematizar trazendo a questão das práticas, pensando a constituição da autonomia não mais como distinção entre não mais ser bebê e ser criança, mas de que modo esse processo impacta os adultos. Tomemos como exemplo a prática de usar fraldas. A partir de observação empírica, eu poderia dizer que as crianças usam fralda hoje até mais tarde do que há vinte, trinta, quarenta anos. As diferentes condições de vida das mulheres, a origem de classe e os interesses do mercado impactam o desfralde e influenciam a autonomia. Em se tratando da manipulação da criança sobre o próprio corpo, as fraldas parecem impedir a masturbação, uma questão pouco discutida nas creches, a não ser quando a criança deixa de usar fralda. Até que ponto se deixa as crianças mais tempo de fralda nas instituições de modo a impedir a manipulação do corpo? São hipóteses que articulam o tema das práticas à construção da autonomia da criança em face do adulto; são indagações exploratórias, que podem revelar temas de pesquisa sobre as transições das crianças desde que são bebês.

Nossa pergunta também se pauta nesses estudos mais recentes, que colocam essa cisão, como categoria de pesquisa, o objeto bebês de modo distinto ao de criança. Nesse sentido, observa-se uma construção da categoria bebês, como aconteceu com as crianças, emergindo do lugar do “não”, para ocupar um papel mais específico. As crianças afirmam: “eu sou criança porque não uso fralda; eu sou criança porque não uso chupeta”. Alguns profissionais afirmam que o bebê é aquele que não fala. Em alguma medida, parece que as pesquisas revelam um conceito, tal como o de infância, que se constitui a partir da negação.

Sim. Por isso afirmo a importância de aliar teorias que investiguem a distinção entre bebês e crianças nos próprios termos das crianças. Talvez, as crianças reproduzam aquilo que é dito para elas, claro. Quando as crianças dizem: “eu não chupo chupeta”, é porque o bebê chupa chupeta e ela já ouviu o discurso adulto que indica que essa seja uma característica ou uma prática a ser superada. Não me parece que essa questão diga respeito somente à linguagem, embora também o seja. O caminho ético, acredito, seria o de não transitar com tantas certezas. A perspectiva interdisciplinar aliada à posição política nos favoreceu considerar as crianças como atores sociais, sujeitos históricos, cidadãos de pouca idade, que têm direitos^{vii}. A noção da infância do nascimento até os dez anos é também uma construção social importante. Por conta disso, afirmei tantas vezes que temos crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Por mais que não se defenda um viés evolucionista, reconhecemos que há diferenças entre um jovem, um adulto e uma criança. Mas todos são pessoas e o processo de constituição desse ser humano, dessa pessoa de qualquer idade, desde que nasce até a velhice é sempre um processo de construção e de desconstrução da autonomia. Há um determinado momento da história pessoal, em que se pode diminuir a capacidade de locomoção, ficando mais instável, ter afetada a memória até processos de perda de si. Tal como a infância, a juventude, a maturidade e o envelhecimento são também marcados fortemente por esse processo de conquista e perda da autonomia. Assim, sou levada a considerar mais do que um processo cronológico que separa ou distingue etapas. Mas – como eu disse – mais do que uma teoria, essas são hipóteses, possibilidades e considerações pautadas na experiência de ser filha e avó, de ser mãe e de ter sido professora de crianças.

Do percurso histórico dos estudos das infâncias no Brasil nas últimas décadas, o que você destacaria?

O percurso histórico no Brasil se beneficiou da interdisciplinaridade, ou da multidisciplinaridade. Então, primeiro destacaria o fato de que no Brasil, o debate chega marcadamente nos anos 2000, portanto, há vinte anos. Um marco, seria o encontro que aconteceu em Portugal, no seminário “Os mundos sociais e culturais da infância”, que aconteceu no ano de 2000, organizado por Manuel Sarmiento. Foram convidados pesquisadores do Brasil, França, Dinamarca, Holanda, Espanha, entre outros países que apresentaram a produção europeia de abordagem francesa no que se constituía como a Sociologia da Infância. Naquele

momento, já havia publicações de estudos anglo-saxônicos, de pesquisadores dos Estados Unidos – como William Corsaro – constituindo o campo dos Estudos da Infância.

No Brasil, diversos pesquisadores já reconheciam a dimensão sociológica da infância, na interface com Vigotski, e contestavam uma abordagem exclusivamente psicológica, ou geneticista ou embriológica dos estudos de Piaget. De alguma maneira, esses pesquisadores e pesquisadoras, que contestavam uma visão somente psicológica no Brasil, se fundamentavam nos neo piagetianos, em Vigotski, e um pouco mais tarde em Bakhtin, acolheram muito bem a perspectiva chamada inicialmente de sócio histórica e, logo em seguida, de histórico cultural. Nós já dialogávamos com diferentes campos de estudos, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, os Estudos da Linguagem. Já tínhamos as contribuições da Sociolinguística, com os estudos da variabilidade linguística e um olhar para crianças como falantes ativos. Então, esse primeiro destaque, diz respeito aos vários campos de conhecimento, que depois, claro, na perspectiva de cada pesquisador, pode se tornar interdisciplinar, as diferentes abordagens teóricas no interior desses diferentes campos de estudo. Na Psicologia, Piaget, Vigotski, Wallon, somando-se aos estudos de Winnicott, com o qual ainda até hoje há pouco diálogo. No campo da Antropologia, vários enfoques: estudos urbanos, de populações rurais, dos povos indígenas, de populações segregadas e que sofrem preconceitos de todos os tipos – racial, cultural, religioso, de gênero, orientação sexual, de idade. Então, temos esses dois aspectos – diversos campos do conhecimento e abordagens teóricas no interior de cada campo – ensinando sobre ser democráticos do ponto de vista da pesquisa e do pesquisador.

Constituiu-se, nesse percurso, o reconhecimento de quem é essa criança e de que infância estamos falando, o que colabora para o tema das políticas. Nas políticas, destacaria o reconhecimento dos direitos das crianças e da infância. Isso é algo extremamente importante que, de fato, advém das pesquisas, o reconhecimento das crianças como atores sociais, pessoas, como gosto de chamar, que têm direitos. Essa criança que é um sujeito de conhecimento também é um sujeito social, cidadão, cidadã ou, como eu um dia chamei, uma pessoa pequena, uma cidadã de pouca idade; do direito humano, ou seja, o direito à vida, o direito social e o direito político, o que é uma discussão pouco feita entre nós, na qual não avançamos tanto, e a gente sempre continua falando da criança protagonista, mas até que ponto, em que termos? Falar sobre direitos das crianças é dizer dos nossos deveres, da nossa responsabilidade social diante das

crianças. Então, esse percurso tem a ver com aquilo que é preciso que se faça com as crianças, e quem deve fazer somos nós, adultos. Nesse sentido, o papel do adulto é impactado.

Outro aspecto é o da criança que era vista do ângulo da Psicologia como sujeito que pensa, sujeito que constrói conhecimento; mas pouco entendida eu diria como sujeito da criação. O tema da criação cultural vem com Vigotski, mas está presente em outros autores do nosso campo de estudo, especialmente em Walter Benjamin. A criança produz cultura, está inserida no âmbito da cultura, ela é influenciada por essa cultura, mas ela é um ser de criação, ela não só é criada por alguém, mas ela também cria. A criança, modifica, ela é capaz de alterar tanto os objetos, no sentido simbólico, como cria linguagem. Assim, a criança é alguém que muda, que cria, e não só um sujeito que pensa. E nesse processo de criação ela brinca; brinca nesse melhor sentido, ligado ao tema da criação que é entender a brincadeira como experiência de cultura. A criança é, portanto, uma pessoa que, além de ser um sujeito de linguagem, o que já sabíamos, é capaz de jogar, dramatizar, mexer nas coisas, virar pelo avesso as coisas e mudar os sentidos estabelecidos. Eu queria destacar o tema dos direitos em relação ao o tema de que a criança é alguém que cria. A pergunta de Vigotski “Como a criança cria?”, precisa ser considerada junto com a pergunta de Piaget “Como a criança aprende?”. Entender que as crianças têm direitos é **entender** que as crianças brincam, criam e também que o seu processo de interação umas com as outras é muito forte. Estou falando de brincar – jogar, tocar, representar, cantar, desenhar - e aprender junto. Estou falando desse ser no mundo que vai adquirindo conhecimento, aprendendo sobre o mundo e, ao fazê-lo, interfere nesse mundo, nos modifica, nos altera.

Essa reflexão traz à tona o tema de estar com o outro, em presença, diz Martin Buber, estabelecendo vínculos. Sim, os estudos da infância trazem uma perspectiva de que a criança, desde o bebê, mais do que se supunha antes, interage com o outro como objeto do conhecimento, do afeto, da ação. A criança é um ser de criação, que tem essa capacidade de mudança no âmbito da cultura, e ela é alguém que está sempre em relação, está sempre na interação, em busca do vínculo. A brincadeira é resultado do reconhecimento do direito dessa criança, ela vai brincar se eu reconhecer ou não, mas institucionalmente é importante que haja esse espaço e esse tempo de brincar. A criação é uma característica da criança, a brincadeira é virar as coisas ao contrário e sempre se dá numa relação na interação com as coisas, com o mundo físico, social e muito simbólico.

Sonia, como você avalia o contexto atual das políticas para Educação Infantil?

No pós-ditadura militar tivemos um avanço imenso, nas décadas de 80, 90, anos 2000, anos 2010. O avanço esteve no que falamos até aqui, o reconhecimento da infância no estatuto (ECA, 1990), na LDB (1996), a inclusão das crianças nas políticas municipais, estaduais, tudo isso do ponto de vista da democratização no Brasil. A pergunta é específica para a Educação Infantil, mas também houve avanços do ponto de vista do Ensino Fundamental. Entre eles estão: a Educação Infantil como direito das crianças e dever do Estado; a inclusão das crianças de seis anos, com o Ensino Fundamental de nove anos; a inclusão das crianças e a obrigatoriedade a partir dos quatro anos; tudo isso é o resultado de muita luta política, de mobilização, de educadores, do papel do fórum, papel dos fóruns municipais o papel do MIEIB, também o papel dos diferentes governos que se sucederam, diria, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Desde a Constituinte de 1988 e o Estatuto em 1990, houve avanços no acesso e no reconhecimento da educação como um direito da criança, a elaboração de Diretrizes Curriculares que afirmaram a importância da brincadeira, do brincar, do brincar como próprios da infância, de programas de literatura infantil, como o PNBE, que foram estendidos para a Educação Infantil; avançamos do ponto de vista quantitativo também, no processo de democratização principalmente nas redes públicas. Qual foi então o nosso grande problema? Não conseguimos chegar à mudança nas práticas. Vínhamos enfrentando esse problema, mas o atual contexto de um governo de extrema direita, eleito democraticamente, mas com pessoas, líderes políticos, autoridades evidentemente fascistas, agudiza a questão. Muitas práticas continuaram sendo preconceituosas e de treinamento. A gente tem, por ser um país de tamanha desigualdade, municípios que exigem uma formação em níveis de pós-graduação, que não necessariamente qualifica, mas ao lado de municípios e estados nos quais os profissionais de Educação Infantil sequer têm ensino médio. Algumas tentativas com programas como o PROINFANTIL e outros de formação em serviço foram realizadas. Já tínhamos práticas (é horrível de se dizer!) que impediam as crianças de viverem. Estou me referindo a preconceitos, sim, de classe social, preconceitos religiosos, preconceito racial, preconceitos de gênero, de orientação sexual, todo esse discurso, contrário ao debate e às práticas democráticas, foi o discurso que ganhou a eleição e que se abateu sobre nós como se fosse uma derrota nossa, e é uma derrota nossa. Mas eu quero dizer que o que mais me surpreendeu desde a eleição desse governo, no plano federal foi o

preconceito que estava lá, o ódio que estava lá e que fez com que as pessoas elessem alguém que de verdade materializou o ódio, o preconceito, a eliminação do outro, a estigmatização do outro, a diminuição, a humilhação de determinada religião, de determinada prática, de determinada raça, gênero ou orientação sexual. Assim, se eu não me fiz entender, repito: o nosso problema já estava lá, mas agora está muito mais difícil de ser enfrentado. Se você tem um discurso hegemônico, plural, discurso hegemônico democrático, um discurso contra o preconceito, aquelas experiências e iniciativas que atuam contra o preconceito, contra a discriminação, qualquer que ela seja, mesmo de idade, elas ficam fortalecidas pelo discurso hegemônico democrático. Se você tem um discurso hegemônico preconceituoso, aquelas práticas ficam fortalecidas. Nosso problema é que a gente ainda não tinha conseguido resolver e ultrapassar preconceitos e práticas equivocadas; conseguimos avançar sim nas políticas, na legislação, em textos e em muitos contextos, mas a gente não tinha tido tempo para que as práticas exercessem cotidianamente esse direito, esse respeito pelas crianças, esse respeito pelas famílias, essa maneira de ver que as situações mais graves podem ser superadas. Eu acredito que o ser humano tem uma potência e uma possibilidade de superação, mas o discurso preconceituoso e discriminatório encapsula o discurso do ódio, aprisiona as pessoas em seus lugares, cristaliza práticas, endurece o que há ou haveria de humano em cada qual. A pergunta que me faço todo dia é: como superar o ódio sem ódio?

Gostaríamos que falasse um pouco de sua experiência e trajetória como pesquisadora, professora, as conquistas, desafios enfrentados.

Talvez o ponto central, o primeiro, eu aprendi como pesquisadora: a importância de uma fundamentação teórica para pensar a infância. Seja com Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Lev Vigotski e, mais recentemente Martin Buber. Buber ensina aspectos de muita relevância, e seus ensinamentos remetem, na minha trajetória, a Paulo Freire, central na minha formação, quando – nos anos da ditadura militar – eu li *Educacion como práctica de la libertad*, isso mesmo, em espanhol, numa fotocópia sem autor e sem capa. Só que naquele momento, eu não sabia que Paulo Freire tinha sido leitor de Martin Buber, também uma referência como filósofo do diálogo da minha juventude.

Além dos conceitos de diálogo, presença, vínculo e reciprocidade, Buber trata de responsabilidade, da resposta que nos cabe dar como adultos. Por outro lado, no que se refere ao

nosso trabalho, muitos estudos, não só da Educação Infantil, mas também da escola e das relações entre crianças e adultos, tendem a separar a pesquisa das práticas pedagógicas. A visão de educação de Buber dá pistas importantes, quando mostra que os estudos da chamada escola tradicional colocavam o professor no centro, o que correspondia a uma visão de infância em que a criança era vista como ser imaturo, dependente. Mais tarde, a escola moderna, a escola nova, colocou criança no centro, e isso corresponde à outra visão de infância, que entende a criança como um ser que muda, cresce, atua, cria. Para Buber é impensável uma educação na qual adultos e crianças não estejam no centro. Do ponto de vista da pesquisa isso é um grande aprendizado, porque significa que não é possível estudar o ensino a não ser que você também pense as interações entre crianças e adultos, entre crianças e crianças, entre os adultos. A implicação disso? O papel da instituição. Esse passou a ser um aspecto central para as nossas pesquisas.

No que se refere à pesquisa de Educação Infantil, sempre estranhei, desde os anos de 1980 e 1990, a separação entre educar e cuidar - vocês sabem disso, já escrevi sobre isso – como se o educar tivesse uma dimensão voltada para o ensino e o cuidado voltado para a atenção do corpo, a segurança. E quero destacar aqui três aspectos. Primeiro, do meu ponto de vista, educar significa cuidar e ensinar. A educação é um processo amplo, é nosso papel, nossa responsabilidade, está presente em todas as áreas. Se olharmos para o que estamos vivendo hoje, (a pandemia causada pelo novo covid 19), o cuidar se tornou tão relevante, tão importante não só na escola. Hoje a grande palavra é “cuide-se”, cuide do outro, cuide de você. Mas cuidar já era uma necessidade de todas as idades, portanto durante toda a escolaridade, toda a vida, certo que de formas diversas, com ênfases diversas, como comentei quando falamos de autonomia, mas também de dependendo da classe social, do contexto cultural, das condições de vida. A vulnerabilidade de pessoas e grupos torna o cuidado vital para a sua sobrevivência. E a nossa sobrevivência como humanidade...

O segundo ponto central para a pesquisa: o cuidado, essa dimensão do agir ético da esfera humana, dos valores, não pode abrir mão do conhecimento, do que aprendemos com a pesquisa, e não pode abrir mão dos afetos, da alteridade, da estética, no sentido de ver no outro o que o outro não vê em si mesmo, da mesma maneira que o outro me vê mais do que eu. Esse tripé – conhecimento ética e estética – de que falam Bakhtin, Benjamin e Buber, orientam nossas pesquisas e orientam minha vida de pesquisadora.

A separação entre educar e cuidar foi necessária naquele momento histórico em que as práticas institucionais com crianças só valorizavam ensino e reduziam o cuidado às práticas de higiene. Porém, o binômio separou o educar e o cuidar, polarizou, e a polarização se combinou com questões de carreira, como se um profissional tivesse um papel e outro profissional tivesse outro. Precisamos assumir de novo essa dimensão da educação, por isso falei do Paulo Freire. Na educação está implicada nossa responsabilidade social que se refere tanto aos processos de ensino quanto ao cuidado.

Um terceiro ponto que eu gostaria de destacar é a distância entre os processos de pesquisa, aquilo que se pesquisa, o conhecimento que se adquire e a devolução que a gente consegue dar ou não para os sistemas de ensino, para as escolas e para os profissionais. Estamos falando da dimensão ética da pesquisa^{viii} e do modo como a devolução pode influenciar as práticas e as políticas públicas. Essa dimensão da pesquisa é algo que se faz no miúdo, no pequeno, na fissura, naquele pedacinho que também é uma implicação do pesquisador. Uma pesquisa não precisa ser sempre pesquisa-ação, mas ela no final da pesquisa tem que virar ação, mesmo que não seja com uma intervenção direta, e isso é difícil porque envolve afetar o mais possível quem muitas vezes não quer ser afetado. Esse é um desafio: mudar, transformar as práticas de quem não quer mudar. Precisamos olhar para a relação entre adultos e adultos nas diferentes esferas e devolver, mesmo que nos seja muito difícil fazer isso, porque muitas pessoas não gostam de ouvir, não gostam de mudar.

Esses três aspectos – ao lado de outros de que não vamos falar aqui – todos têm a ver com essa dimensão na qual colocamos o nosso potencial criativo, ou seja: nossa dimensão de criação onde a gente coloca o nosso conhecimento, e como a gente atua com esse agir ético. Como é que eu devolvo? Por que eu não consigo não devolver isso? Isso é inquietante para o pesquisador, mas eu acho que o pesquisador tem que se manter inquietado, inquieto, não tem como ficar satisfeito. Pesquisar não tem a ver somente com conhecer o mundo, mas sobretudo com mudar o mundo, e querer mudar as coisas como elas são tem um preço, não se conformar tem um preço, que é um preço que pagamos bem, de ficarmos desconfortáveis, deslocados, no desvio, e não ficar infeliz com isso, porque como pesquisadores que somos, e como educadores que somos, como intelectuais, essa é nossa tarefa, nossa natureza. O que queremos é conseguir influenciar nas políticas; mas não ganhamos sempre, lamentavelmente isso é muito inquietante também. Nós conseguimos interferir nos municípios, nos estados, no governo federal durante algum tempo,

mas agora perdemos. Portanto precisamos fazer análise crítica da situação política e fazer análise crítica da nossa ação. Atuar em todas as instâncias políticas mais amplas e continuar a atuar no miúdo, nas práticas pequenas. Tem um pequeno conto chamado Resistência^{ix}, que escrevi no início dos anos 90 e está publicado no livro “Por entre as pedras: arma e sonho na escola”, onde digo que o que nos garante sobreviver neste país e nesta profissão é nossa capacidade de indignação e resistência política, profissional e humana. E penso nisso até hoje.

Você traz uma questão relevante que é esse “atuar no miúdo, nas práticas pequenas”. Nessa perspectiva, o que você gostaria de dizer para os profissionais que atuam hoje na Educação Infantil?

Para aqueles profissionais que estão inconformados com a situação, é necessário esse reconhecimento de quem é a criança, seus direitos, sua capacidade criativa, seu poder de brincar e aprender. Precisamos contar com todas/todos e nos apoiar uns aos outros para não ficarmos no lugar do ódio. Essa é mais uma tarefa difícil para nós, mas necessária. O reforço do discurso ideológico presente hoje, de extremo preconceito, traz e produz na sua violência o discurso de ódio no sentido contrário. Temos que enfrentar e diluir esse discurso, porque o discurso do ódio prende o outro no seu lugar. Então, sabe de que eu não gosto? Não gosto quando escuto alguém dizer: “essas pessoas têm preconceito porque são evangélicas”. Isso prende todas as pessoas evangélicas num lugar, como se todas tivessem preconceito. E não é assim, as pessoas são diferentes, elas reagem. E as pessoas são preconceituosas porque são preconceituosas; são autoritárias, conservadoras ou fascistas porque diminuem o outro, não se importam com a dor do outro, com o sofrimento, a discriminação, o preconceito, a exclusão ou a eliminação.

Num curso que eu dei no ano passado, estava debatendo com a turma sobre religião e a importância do diálogo inter-religioso, de aceitar a religião do outro, que todas as religiões têm igual valor. Observava que o encontro se dá na espiritualidade, na religiosidade e não no rito, no entre, como diz Buber. Falava do desconhecimento do outro e da sua religião, de como muitas vezes as pessoas se prendem a rituais ou costumes que contestam ou estranham, não os compreendem, e esse desconhecimento só contribui para piorar um ódio que já está lá. Desconhecimento e preconceito juntos nunca deram boa coisa em toda a história humana. Falávamos disso, quando um aluno perguntou: “Professora, você acha que é fácil para mim, que tenho vinte anos, aceitar outra religião como religião?” E ele mencionou como exemplo uma religião que não era a dele. “Para mim – ele continuou – que a vida inteira ouvi isso não é

religião’, acha que é fácil aceitar?” Respondi a ele: “não, não é nada fácil. Sua pergunta é muito boa, isso é difícil. Mas precisa ser enfrentado, em especial se somos professores”. A turma tinha pessoas de várias religiões e elas puderam se ver no limite dele, na sua dificuldade, e começaram a falar também.

Como profissionais de educação, precisamos ter coragem, conhecimento e serenidade de, diante do preconceito, não aprisionar quem o expressou nesse lugar duro, inumano, porque essa pessoa – criança, jovem ou adulto – precisa mudar. O discurso do ódio é o discurso no qual diferentes posições se transformam em antagonismos, cada qual perde a capacidade de ouvir o posicionamento do outro e isso cristaliza posições, o que é muito difícil de diluir. Esse é um dos grandes desafios da formação dos profissionais: pesquisadoras/es, mulheres e homens que trabalham na Educação Infantil, que percebem as crianças como pessoas, que criam cultura, que aprendem (como também nós aprendemos com as crianças), nós precisamos conseguir sair do lugar do discurso dicotômico e do ódio. Como? Não sei exatamente, mas juntos, assumindo essa pergunta saberemos, precisamos saber. A fala do jovem sobre a dificuldade de aceitar uma religião diferente da sua provocou outros depoimentos. Não houve unanimidade, e para que serviria?; ouvimos várias posições e experiências e eu repetia para a turma: “nós temos que nos ouvir. Se a gente não for capaz de ouvir aqui, em um curso que trata da pluralidade, dentro ou fora da universidade, se a gente não for capaz de se ouvir, de saber que o outro aprecia algo de que não gosto, não concordo para pelo menos tentar entender o outro, estamos perdidos enquanto seres humanos”.

E o fascismo é esse lugar que não suporta ouvir o outro, despreza-o, desacredita, acusa, recusa. O discurso e a ação fascista impõem o silêncio, o deboche em relação ao que é criação humana. Esse discurso e essa ação esmagam, constroem, eliminam. E nós, profissionais da educação, vamos ter que continuar a trabalhar contra os discursos, a linguagem e as ações. Dentro de casa e fora de casa. Dentro e fora da escola. Em todos os espaços da vida cotidiana, familiar, institucional.

Diante desse cenário que estamos vivendo, enquanto preparávamos as perguntas, pensávamos no impacto desse momento na mudança do horizonte de relações e modos de conviver, de pensar essa sociedade ou não. Então, tendo em vista as novas aprendizagens diante dos desafios desse contexto de isolamento, o que você refletiria sobre apostas para o futuro nas relações entre adultos e crianças?

Tradicionalmente, um intelectual faz análise crítica de uma dada situação num movimento de tentar compreendê-la. E há situações humanas que pareciam impensáveis, inimagináveis, como a que vivemos agora no Brasil, numa pandemia que afeta o mundo todo, sob um governo autoritário, que nega a pesquisa, dissemina o preconceito, não se importa com a vida da população, desvaloriza médicos, enfermeiros e evidências científicas.

Muitas pessoas têm falado da pandemia e da situação que estamos vivendo como se fosse uma guerra. Vocês sabem que eu sou filha de um sobrevivente de Auschwitz. Meu pai trabalhou como escravo do nazismo de 1939 a 1945. Chegou ao Brasil em 1947. E não me agrada quando as pessoas comparam essa situação com a guerra. Na guerra há deliberação, as guerras são decididas por pessoas, grupos, países, conjunturas. A analogia que se faz com guerra é porque afeta a todos, ou porque – alguns dizem – a pior coisa que aconteceu antes, foi a Segunda Guerra Mundial. Mas a comparação confunde e em nada colabora para pensarmos estratégias de enfrentar o momento.

Vivemos hoje uma pandemia de proporções gigantescas, que afeta desigualmente contextos desiguais. A pobreza e a falta de condições mínimas de saúde, sem água, esgoto sanitário, acesso a equipamentos públicos de saúde, desemprego, condições indignas de moradia, sistemas precários de transporte. Somos um país periférico e desigual, com uma situação política que já não nos agradava em nada, uma situação de desigualdade histórica e uma pandemia sem medicamentos comprovados e vacina. O isolamento social é necessário para evitar maior número de óbitos e impedir colapso dos sistemas de saúde. Mas o colapso chegou. Muitas pessoas saem de casa. Não compreendem a necessidade de isolamento? São influenciadas por um governo com autoridades irresponsáveis e incompetentes, para dizer pouco.

Então, o que estamos aprendendo de novo? Bem, o que estou conhecendo de novo, no que se refere às relações de adultos e crianças, eu não gosto. Você não pode abraçar ou beijar, encostar, se aproximar. Aprendemos a mexer com as tecnologias, mas já sabíamos um pouco e ferramentas estão aí para serem usadas quando se precisa delas.

Sobre as relações entre adultos e crianças, quero comentar dois aspectos. Adultos e crianças vivem em contextos culturais, sociais, econômicos muito diversos. Falar do lugar de classe média, e da falta do abraço, do beijo é uma coisa. Falar de um contexto no qual a falta é de absolutamente tudo e ainda tem que correr o risco de ir para rua ganhar algum dinheiro, para conseguir comprar comida, é outra coisa. E esse aprofundamento da desigualdade é tremendo,

terrível. A pandemia afeta a todos, mas afeta todos diferentemente. Faz todo mundo ficar em casa, mas que casa é a sua? Que casa você tem? A que redes você tem acesso? Nessa situação de pandemia, diferentes classes sociais, diferentes condições urbanas, afetam diferentemente as pessoas. É preciso repetir. Isso significa dizer que penaliza umas pessoas muito mais do que outras. A doença afeta todo mundo. Mas somos afetados diferentemente. Veja o que está acontecendo com os povos indígenas: estão morrendo de fome e da doença; estão tendo suas terras invadidas, suas lutas e histórias aviltadas, seus líderes assassinados, aprofundando um genocídio que já estava em curso no Brasil.

Mas vocês me perguntam como as crianças são afetadas. Esta é uma grande pergunta. As crianças estão em casa com suas mães ou pais que têm salário e que estão trabalhando em casa, e há uma mudança nessas relações. Ou as famílias saem para trabalhar e as crianças ficam em casa, com vizinhos, com mais velhos, com avós. Acho que vamos viver uma das maiores desadaptações que a escola de Educação Infantil já viveu em sua história. As crianças, quando voltarem, se Deus quiser voltaremos, estarão absolutamente desadaptadas; os bebês e as crianças de seis meses, um ano, dois anos, três anos, quatro anos, vão gostar de encontrar seus professores, vão gostar de falar, mas vão ter um aprendizado novo. Novas formas de inserção, readaptação, chamem como quiserem. Como é isso, readaptar? Não é porque elas ficaram em casa. É porque as instituições estarão desadaptadas.

Mesmo as crianças que frequentam creches, pré-escolas e escolas, vez por outra pegam uma gripe, uma virose e ficam em casa, mas nesse caso elas estão em casa com a mãe e mãe, pai e pai, mãe e avó, ou avó, irmãos mais velhos, muito tempo. Aqui tem alguma coisa sensível para Educação Infantil aprender. Vai ser uma volta de felicidade para muita gente. Mas, e as crianças, como elas voltam? Não quero deixar ninguém preocupado, mas as crianças vão dar muito trabalho. Por outro lado, tem um tema que afeta muitas escolas hoje, que são as relações que as escolas estão estabelecendo com as famílias e as crianças. É um grande desafio. A gente lutou e luta pela institucionalização da Educação Infantil como direito, como já falamos antes, o que foi uma das grandes conquistas desse percurso histórico dos Estudos da Infância e uma grande conquista das políticas de Educação Infantil no Brasil. Mas esses meses de pandemia geram uma inquietação, um desafio, de como continuar trabalhando com as crianças. Do ponto de vista das instituições públicas e das privadas, isso gera comportamentos diversos, decisões políticas e

ações diversas no que se refere a um ponto de que falamos no início da entrevista: a visão de infância, a visão de educação, a visão de creche, pré-escola e escola.

Instituições que têm uma visão voltada mais para o ensino e para o treinamento estão inundando as famílias de tarefas para fazerem com as crianças. E isso acontece de maneira diferenciada na rede pública e na rede particular, porque a rede particular não pode parar de trabalhar, do contrário, as famílias ficam em dúvida se pagam ou não, porque também estão sendo desempregadas, estão em uma situação econômica muito grave, o que reflete a situação econômica. Não é nosso desejo que as escolas particulares vão à falência, ou os professores e outros profissionais sejam demitidos. Infelizmente estão sendo demitidos. Por mais que a gente seja defensor da escola pública é preciso reconhecer que todas as instituições estão afetadas. Nós estamos diante de um desafio prático, imediato, de um outro tipo de institucionalização: os professores são chamados para fazer vídeos e outros materiais ou atividades que não deveriam estar fazendo. Cada instituição, seja ela pública ou particular, está se dirigindo às famílias e às crianças a partir do seu referencial de educação, da sua concepção de infância, da sua visão de mundo e da sua compreensão do mundo hoje. Há as que mandam “deveres” e aquelas que têm uma visão de Educação Infantil como formação cultural, assumem seu dever, sua obrigação, e interagem de outra forma, com a arte, a cultura, a literatura. Mas nem por isso estão fazendo sucesso com as crianças. As crianças, na expressiva maioria das vezes, querem mais brincar, brincar sozinhas, umas com as outras, brincar com os adultos que estão lá, e com os irmãos que estão lá também, então, elas também estão nos dizendo o que é ser criança. Pelo que tenho observado, as crianças mais querem continuar brincando do que interagindo com materiais escolares.

Essa tentativa que as escolas estão fazendo é nova porque não precisava fazer antes. Mas a escola enfrenta outro desafio institucional. As famílias estão dentro das suas casas, uma esfera doméstica. Esse desejo de continuar a trabalhar institucionalmente, mandando ou sugerindo atividades para a família ou para as crianças se arrisca a ser certo abuso de poder quando as escolas e as profissionais julgam que sabem melhor do que as famílias o que precisa ser feito no âmbito da Educação Infantil. As crianças acordam em outro horário, dormem em outro horário, as pequenas brincam com mães e mães, mães e pais, pais e pais diferentemente daquilo que a escola imaginou. Então esse é o desafio imediato. Do ponto de vista da instituição particular, como continuar sendo ativo como instituição sem ferir aquilo que a família quer fazer e gostaria

de fazer? Mas, ao mesmo tempo, como se manter ativo de modo que as famílias não considerem que a escola não está fazendo nada, portanto não vão parar de pagar a mensalidade. Ou, por outra, a mensalidade não pode ser mesmo paga porque as condições de trabalho, emprego, de vida, mudaram com a pandemia e a crise econômica que se aprofundou. Do ponto de vista da educação pública, como continuar atuando, com que papel? Porque não estamos de férias e nem em greve. Então, como continuamos atuando? O sistema de ensino não tem condições de atuar se as famílias não têm condições de receber um Zoom, um WhatsApp, ou ficar falando no vídeo, porque isso é muito caro, a maioria tem celular pré-pago, e enfim, não vai poder pagar internet para as crianças fazerem atividades. E o que está acontecendo com as crianças? Quem fica com elas? E em que condições? São muitas questões.

No momento em que concluímos esta entrevista, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) está realizando um levantamento para mapear orientações e ações desenvolvidas na Educação Infantil, no contexto da pandemia COVID-19. Penso que os resultados desse levantamento e de outras pesquisas serão muito relevantes para conhecer a situação, tecer análises e balizar ações.

Mas, me pego pensando no que acho que vai ser um desafio imenso, e muito divertido de certa forma, quando as crianças voltarem. A gente vai ficar muito feliz de encontrá-las e de abraçá-las, mas a gente vai ter que dar tratos à bola de como adaptar, reinserir as crianças até cinco anos que vão querer brincar. E é isso que vai ser um grande ensinamento para todas as instituições. Vamos nos preparar para brincar. Os adultos vão ficar preocupados com os horários, as rotinas de funcionamento, tensos e querendo trabalhar com o currículo, com as Bases, Diretrizes, com os Parâmetros, e as crianças vão querer brincar, e isso vai ser muito bom.

Agradeço a vocês, Anelise, Nazareth e Silvia, pela iniciativa do Dossiê, pelo tempo e pelo espaço para tantas palavras que pude dizer. Espero que o falado e o escrito seja lido, debatido e questionado. Muitos são os pontos críticos, as perguntas e as inquietações. Continuemos.

¹ Pela transcrição da entrevista, agradecemos a contribuição de Mariana Dalmácio Pereira, graduanda em Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica, integrante do Grupo de Pesquisa Infâncias de 0 a 10 anos (GRUPIS), da UFRRJ-Instituto Multidisciplinar, Rio de Janeiro.

ⁱⁱ Professora do Departamento de Educação da PUC-Rio. Coordenadora do Grupo Infância, Formação e Cultura (INFOC) e do Grupo Viver com Yiddish. E-mail: sokramer@puc-rio.br Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/000-0002-5776-2677>

ⁱⁱⁱ Professora do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos (GRUPIS). E-mail: anelise.ufrj@yahoo.com.br Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4911-8301>

^{iv} Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento Educação, Sociedade e Conhecimento. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Infância, Bebês e Crianças (GERAR). E-mail: m_n_salutto@id.uff.br Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8043-595X>

^v Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Assessora Pedagógica do Centro de Educação Infantil Jabuti, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Infância Formação e Cultura – INFOC. E-mail: silvianeli@gmail.com Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1270-9685>

^{vi} Ver texto **Crianças e adultos**: entre gerações e interações, histórias que contam. Trabalho apresentado na mesa redonda “Infâncias, narrativas e diálogos intergeracionais”, durante o VII CIPA – Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, Cuiabá/Brasil, julho de 2016.

^{vii} **Infância, Educação e Direitos humanos**. BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

^{viii} Ver **Ética**: pesquisa e práticas com crianças na Educação Infantil. KRAMER, Sonia (et al.). Campinas, SP: Papyrus, 2019.

^{ix} **Por entre as pedras**: arma e sonho na escola. KRAMER, Sonia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 2003.